

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO DE 2020

PREÂMBULO

Cumprindo as disposições do Artigo 74 da Constituição Federal, do Artigo 59 da Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da Lei Complementar nº. 102, de 17 de janeiro de 2008 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG), das Instruções Normativas nº. 09/2008 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o **FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ** apresenta o presente **RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO**, conforme abaixo.

É da competência do Agente de Controle Interno do Fundo de Previdência do Município de Muriaé – CLÁUDIA BRAGA DUTRA DE MELO, nomeado pelo Presidente do MURIAÉ-PREV, pela Portaria nº. 022, datada de 14 de março de 2019, expressar opinião sobre a composição do Processo de Prestação de Contas do Exercício de 2020 do Fundo Previdenciário de Muriaé – **MURIAÉ-PREV**, e ainda sobre a observância das normas estabelecidas pela Lei Complementar nº. 101/2000 e a adequação dos controles administrativos.

1 – COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o Processo de Prestação de Contas, fica verificado que o mesmo encontra-se devidamente instruído com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº. 009/2008 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no Processo.

2 – DO CONTROLE DA GESTÃO FISCAL

2.1 – Avaliação do Cumprimento e da Execução das Metas Previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

As metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias foram parcialmente prejudicadas em função de um ano atípico, consequente da pandemia mundial que afetou todos os setores, impedindo que metas de arrecadação

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

(investimentos financeiros) fossem viáveis em detrimento de baixa performance do mercado financeiro no país. As demais receitas de contribuições, apesar de alguns atrasos nos repasses oriundos do executivo, foram regularizadas antes de findar o exercício, inclusive com os devidos encargos e correções monetárias. Sendo assim, a gestão do MURIAÉ-PREV, apesar de não ter cumprido em sua totalidade as metas de arrecadação, conseguiu adimplir com as obrigações precípua do fundo – pagamentos de benefícios previdenciários. As despesas administrativas ainda foram poupadas, chegando-se a um dos patamares mais baixo dos últimos anos, utilizando-se apenas 30,31% do valor permitido, ou seja, gastou-se R\$702.597,13 (setecentos e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e treze centavos).

Por conseguinte, houve cumprimento parcial da execução das metas previstas no Plano Plurianual de Investimentos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, no que tange à Entidade Previdenciária Municipal.

Houve ainda, compatibilidade parcial das metas previstas para o Exercício Financeiro de 2020 no Plano Plurianual de Investimento e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com as atividades e projetos efetivamente executados mediante a Lei Orçamentária Anual de 2020 pelas razões descritas acima.

As metas relacionadas às obrigações previdenciárias foram cumpridas em sua integralidade, pois as reservas financeiras são suficientes para manter os pagamentos;

2.2 – Avaliação dos Resultados Quanto à Eficácia e à Eficiência da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

O Controle Interno avaliou a eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos programas de governo, e constatou organização nos procedimentos e técnicas adotadas.

Foram analisados os documentos de receitas e despesas da Entidade Previdenciária Municipal, e seus respectivos balancetes mensais, ficando constatada obediência aos preceitos legais contidos na Lei Federal 4.320/64.

As receitas foram devidamente alocadas em suas rubricas próprias, demonstrando assim a correta contabilização orçamentária e extra orçamentária, conforme cada caso. Os comprovantes de arrecadação também se fazem presentes, e demonstram as entradas das receitas públicas nos cofres do Fundo de Previdência.

A Receita Orçada para o Exercício Financeiro de 2020 foi no montante de **R\$47.433.075,65 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos)**, sendo que deste total, o montante de **R\$29.444.081,85 (vinte e nove milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos)** corresponde à previsão de **Receitas Correntes**, e o valor de **R\$17.988.993,80 (dezessete milhões, novecentos e oitenta e oito mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta centavos)** corresponde à previsão de

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

Operações Intra-Orçamentárias Correntes, não havendo previsão orçamentária para arrecadação de Receitas de Capital.

A efetiva arrecadação orçamentária atingiu o montante de **R\$39.527.936,05** (trinta e nove milhões, quinhentos e vinte e sete mil, novecentos e trinta e seis reais e cinco centavos) sendo todo este montante correspondente à arrecadação de receitas de natureza corrente, dos quais **R\$21.046.600,40** (vinte e um milhões, quarenta e seis mil, seiscentos reais e quarenta centavos) são relativos a arrecadação de **Receitas Correntes** e **R\$18.481.335,65** (dezoito milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) relativos a arrecadação de **Operações Intra Orçamentárias Correntes**, não havendo arrecadação de Receitas de Capital, contudo havendo **Deduções de Receitas Correntes** no montante de **R\$3.523.883,22** (três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos).

Os estágios das despesas públicas foram respeitados, ou seja, o prévio empenho, a liquidação da despesa, a autorização e a efetivação do pagamento, e a devida quitação pelo credor. As Notas de Empenho estão devidamente acompanhadas de seus respectivos comprovantes legais, e trazem em seu contexto identificação da dotação orçamentária utilizada e as demonstrações de saldos orçamentários disponíveis.

As despesas públicas da Entidade Previdenciária Municipal são pagas, em sua maioria, através de transferências de valores por meio de contas bancárias bem como cheques nominativos emitidos a favor de seus respectivos credores. No caso das despesas com tarifas de serviços bancários, estas são descontadas das contas correntes automaticamente, mas sempre se fazem acompanhar das notas de empenho e dos respectivos comprovantes bancários. Todavia, a Caixa Econômica Federal tem restituído todas as tarifas bancárias ao MURIAÉ-PREV, ou seja, isentando-o desses dispêndios.

No caso das despesas com folhas de proventos de aposentadorias e pensões, e das folhas dos benefícios de salários família, auxílios doença, reclusão e maternidade, estas são quitadas via crédito bancário direto na conta dos respectivos servidores beneficiários, sempre se fazendo acompanhar das respectivas quitações bancárias.

Ao verificarmos as despesas executadas no Exercício Financeiro de 2020, estas se apresentam da forma a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (EM R\$)
DESPESAS CORRENTES	37.773.626,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.104.529,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	669.096,72
DESPESAS DE CAPITAL	3.780,00
INVESTIMENTOS	3.780,00
TOTAL GERAL	37.777.406,35

Ao confrontarmos as receitas e despesas orçamentárias realizadas pelo MURIAÉ-PREV, verifica-se um **déficit na execução orçamentária** no valor de

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

R\$1.773.353,52 (um milhão, setecentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

Não houve a necessidade de limitação de empenhos para cumprimento das metas de equilíbrio entre receitas e despesas da entidade, porque a fundo dispõe de reservas financeiras para cumprimento de seus objetivos.

Foram abertos Créditos Adicionais Suplementares por anulação total ou parcial no Exercício Financeiro de 2020, no montante de **R\$84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)**, em total obediência à autorização constante da Lei Orçamentária Anual n°. 5.921, de 27 de novembro de 2019, bem como por excesso de arrecadação no valor de R\$2.150.955,00 (dois milhões, cento e cinquenta mil, novecentos e cinquenta e cinco reais) por meio da Lei 5968 de 12 de março de 2020. Ambas em conformidade com a Lei Federal n°. 4.320/64. Em tempo, foi identificado que este crédito adicional por excesso de arrecadação foi necessário para adequação orçamentária da LOA 2020, pois esta não estava segregando as fontes de recurso 105 – taxa de administração, da fonte 103 – Contribuições patronal e segurado. Nesse sentido, foi indispensável a respectiva alteração da LOA para os devidos ajustes.

Não foram abertos, Créditos Adicionais Especiais no Exercício Financeiro de 2020.

A conta Caixa ao final do Exercício Financeiro de 2020 demonstra saldo zero e confere com os demonstrativos contábeis e financeiros do MURIAÉ-PREV, além de representar a realidade fática apurada.

As conciliações bancárias foram feitas mensalmente, e demonstram de forma correta os saldos bancários das contas correntes e de aplicações financeiras do Fundo de Previdência Municipal, dando assim total confiabilidade aos registros contábeis de receitas e despesas. Os saldos bancários de contas movimento e aplicações financeiras apurados em 31/12/2020 encontram-se em conformidade com seus respectivos extratos e conciliações bancárias que somam **R\$196.182.237,51 (cento e noventa e seis milhões, cento e oitenta e dois mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos)**. Entretanto, há valores em trânsito na importância de **R\$284.183,62 (duzentos e oitenta e quatro mil, cento e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)**. Em virtude desses valores em trânsito, as disponibilidades financeiras são de **R\$195.898.053,89 (cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e noventa e oito mil, cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos)**.

O Fundo de Previdenciário de Muriaé – MURIAÉ-PREV desde junho de 2016 mantém controle da movimentação de entradas e saídas dos materiais de expediente, limpeza e gêneros de alimentação em estoque necessários para o desenvolvimento das atividades operacionais da instituição. Em 31/12/2020 o saldo em estoque foi de **R\$13.290,15 (treze mil, duzentos e noventa reais e quinze centavos)**, de acordo com o inventário físico levantado nesta data.

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

O Controle Interno verificou que o Setor de Contabilidade do MURIAÉ-PREV possui controle mensal de avaliação e depreciação dos bens móveis e imóveis regulamentado pela Portaria 55 de 02 de agosto de 2016 em consonância com a Resolução do CFC – Conselho Federal de Contabilidade NBC T 16 e com Portaria STN Nº 700 de 10 de dezembro de 2014 e que as respectivas movimentações encontram-se demonstradas nos balancetes mensais e os saldos apresentados estão atualizados.

Os membros dos Conselhos Fiscal e Administrativo não são remunerados, em conformidade com a Lei Municipal nº. 3.432, de 27 de março de 2007.

O Diretor Executivo do MURIAÉ-PREV, Sr. **Alessandro Rodrigues Campos** percebeu, a título de gratificação pela sua função, os valores discriminados abaixo, contudo as verbas fora pagas com recursos da Prefeitura.

MÊS	VALOR
Abril/20	3.732,94
Maior/20	2.986,35
Junho/20	2.986,35
Julho/20	2.986,35
Agosto/20	3.732,94
Setembro/20	3.732,94
Outubro/20	3.732,94
Novembro/20	3.732,94
Dezembro/20	3.732,94
13º/20	3.732,94

Este Controle Interno constatou que não foram realizadas operações de crédito no Exercício de 2020.

Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária Bimestral e os Relatórios de Gestão Fiscal foram consolidados aos do Poder Executivo Municipal, sendo publicados nos termos da Lei Complementar nº. 101/00.

As contribuições previdenciárias retidas nas folhas de salários dos servidores municipais e as recolhidas sobre a parte patronal relativas às entidades municipais foram depositadas em favor do MURIAÉ-PREV, alguns meses com atraso, em função da queda de arrecadação provocada pela pandemia, mas no momento do pagamento, todas foram atualizadas com as devidas correções monetárias e juros de mora. De acordo com a conveniência das atividades da Entidade, sempre em observância à legislação pertinente em vigor, em especial a Resolução CMN nº. 4604/2017, foram realizadas transferências operacionais de numerários para as contas de aplicações financeiras existentes na Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco do Brasil e Itaú/Unibanco. Salienta-se que esses bancos foram submetidos ao Edital de Credenciamento aberto pela Portaria 48 de 30 de maio de 2019, que autoriza o MURIAÉ-PREV contratar instituições financeiras para gestão e administração de carteira de fundos de investimentos.

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

O Controle Interno constatou um Patrimônio Líquido negativo, ou seja, passivo a descoberto na ordem de **R\$18.665.569,98 (dezoito milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos)** no Exercício Financeiro de 2020. O principal motivo do passivo a descoberto são as Obrigações Exigíveis a Longo Prazo com Provisões Matemáticas Previdenciárias, relativas a benefícios concedidos e a conceder, conforme discriminado na Reavaliação Atuarial elaborada em 2020, data base 31/12/2019.

A Entidade não apresenta dívida pública consolidada ou fundada e nem passivo circulante, todavia, apresenta um passivo não circulante – provisões a longo prazo referente provisões matemáticas previdenciárias, relativas a benefícios concedidos e a conceder no valor de **R\$217.964.734,45 (duzentos e dezessete milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme reavaliação atuarial elaborada em 2020, data base 31/12/2019.

O Controle Interno avaliou a eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos programas de governo, e constatou organização nos procedimentos e técnicas adotadas.

O Controle Interno destaca que não foi possível o cumprimento da meta financeira e atuarial de rentabilidade das aplicações financeiras no ano 2020, prevista na faixa em 10,67%, permitindo o atingimento do percentual de 0,93%, ou seja, 8,71% da meta atuarial no ano com referência aos rendimentos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variada. A justificativa apresentada pela Diretoria é que devido à pandemia provocada pelo COVID-19 o mercado financeiro não correspondeu às necessidades e afirmou não ter produto disponível que pudesse cumprir com a meta. SELIC nos menores patamares da história do Brasil, mercado desaquecido, conflitos políticos internos, insegurança jurídica e pautas essenciais travadas no congresso.

Quanto ao COMPREV – Compensação Previdenciária entre o RGPS x RPPS, o MURIAÉ-PREV conseguiu êxito arrecadando durante o exercício de 2014, o importe de R\$671.068,94 (seiscentos e setenta e um mil, sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos); em 2015 R\$32.306,97 (trinta e dois mil, trezentos e seis reais e noventa e sete centavos); em 2016 R\$121.019,40 (cento e vinte e um mil, dezenove reais e quarenta centavos); em 2017 R\$911.809,40 (novecentos e onze mil, oitocentos e nove reais e quarenta centavos), em 2018 R\$318.472,11 (trezentos e dezoito mil, quatrocentos e setenta e dois reais e onze centavos, em 2019 R\$184.592,59 (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e nove centavos), e em 2020 R\$148.611,78 (cento e quarenta e oito mil, seiscentos e onze reais e setenta e oito centavos) totalizando até 31/12/2020 a importância de R\$2.387.881,19 (dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais e dezenove centavos) em receitas de compensações financeiras previdenciárias. Já as despesas foram: R\$18.782,09 (dezoito mil, setecentos e oitenta e dois reais e nove centavos) em 2016; R\$1.669,11 (um mil, seiscentos e sessenta e nove reais e onze centavos) em 2017; R\$63.782,01 (sessenta e três mil, setecentos e oitenta e dois reais e um centavo) em 2018, R\$18.410,48 (dezoito mil, quatrocentos e dez reais e

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

quarenta e oito centavos) em 2019 e, em 2020 R\$93.373,03 (noventa e três mil, trezentos e setenta e três reais e três centavos). Totalizando R\$196.016,72 (cento e noventa e seis mil, dezesseis reais e setenta e dois centavos).

2.3 – Avaliação Sobre as Providências Adotadas pelo Gestor diante de Danos Causados ao Erário, com Especificação, Quando for o Caso, de Sindicâncias, Inquéritos, Processos Administrativos ou Tomadas de Contas Especiais, Instaurados no Período e os Respectivos Resultados, com Indicação de Números, Causas, Datas de Instauração e Comunicação ao Tribunal de Contas.

Não houve necessidade de ocorrências de sindicâncias, inquéritos, outros tipos de processos administrativos ou tomadas de contas especiais instaurados no período em análise, pois não ocorreram quaisquer tipos de danos causados ao erário previdenciário.

2.4 – Relação das Auditorias Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial Realizadas, Indicando as Providências Adotadas Diante das Falhas, Irregularidades ou Ilegalidades Porventura Constatadas.

Não houve durante o exercício 2020 auditorias no Fundo Previdenciário de Muriaé – MURIAÉ-PREV.

2.5 – Declaração de que foi Verificada e Comprovada a Legalidade dos Atos de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

Declaro que o Controle Interno verificou e comprovou a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pela atual Administração da Entidade Previdenciária Municipal.

2.6 – Parecer Conclusivo Sobre as Contas Anuais.

Por tudo que se verificou nas execuções orçamentária, financeira e patrimonial da Entidade Previdenciária Municipal, na opinião deste Controle Interno, a Prestação de Contas Anual **do FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV**, relativa ao Exercício Financeiro de 2020, encontra-se **REGULAR**, estando em condições de ser submetida à apreciação do Conselho Fiscal e ficar à disposição para demais órgãos de controle externo e cidadãos interessados.

2.7 – Outras Informações Estabelecidas na Decisão Normativa a que se refere o Art. 3º da IN nº 14/2011.

2.7.1 – Informação Quanto à Observância dos Limites para Inscrever Despesas em Restos a Pagar e Quanto aos Limites e Condições para Realizar a Despesa Total com Pessoal.

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

O Controle Interno informa que houve inscrição de despesas em Restos a Pagar no Exercício Financeiro de 2020 referente ao exercício 2019 no valor de R\$25.999,90 (vinte e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos) relacionados aos convênios com a Caixa Econômica Federal e Bradesco, cujas despesas foram da Palestra do dia do servidor público, bem como o 11º Encontro de Aposentados e Pensionistas do MURIAÉ-PREV realizado em 12/2019. As respectivas baixas foram processadas durante o exercício 2020 quando as receitas foram realizadas.

Em 2021, não houve inscrição de restos a pagar referentes à despesas de 2019.

A Entidade Previdenciária Municipal somente realizou despesas de pessoal no período com pagamentos de aposentadorias, pensões e gratificações aos servidores cedidos ao MURIAÉ-PREV. Auxílios reclusão, maternidade, doença e salário família, foram pagos por notas extraorçamentárias, por força de Termo de Convênio assumidos entre os órgãos municipais, haja vista que, em função da Emenda Constitucional 103, esses passivos passaram a pertencer os órgãos de origem e, não houve adequação orçamentária, bem como da legislação municipal para que os órgãos de origem pudessem pagar de forma direta esses benefícios. Porém antes de findar o exercício, as verbas foram repostas aos cofres da Previdência Municipal com as devidas atualizações monetárias e juros de mora, ficando apenas as competências de dezembro/20 para serem ressarcidas em janeiro de 2021. Todas as informações foram consolidadas nas contas públicas do Poder Executivo Municipal para apuração do índice de pessoal do Município de Muriaé, como é de sua competência.

2.7.2 – Informações Quanto à Destinação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.

O Controle Interno constatou não haver alienação de Ativos no Exercício Financeiro de 2020.

2.7.3 – Indicação do Montante Inscrito em Restos a Pagar e do Saldo, na Conta Depósitos, de Valores referentes a Contribuições Previdenciárias devidas a Instituto ou Fundo Próprio de Previdência, se houver.

Não foram inscritos Restos a Pagar de valores referentes a contribuições previdenciárias devidas ao próprio Fundo Previdenciário Municipal – MURIAÉ-PREV.

2.7.4 – Detalhamento da Composição das Despesas Pagas a Título de Obrigações Patronais, distinguindo-se os Valores Repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) daqueles Repassados ao Instituto ou Fundo Próprio de Previdência, se houver.

O Fundo Previdenciário de Muriaé – MURIAÉ-PREV, contraiu despesas inerentes às contribuições previdenciárias patronais para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS no montante de **R\$19.903,44 (dezenove mil, novecentos e três reais e quarenta e quatro centavos)**. Com relação aos descontos dos prestadores de serviços,

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

efetuou repasses ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS no montante de **R\$12.054,57 (doze mil, cinquenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos)**.

Portanto, o MURIAÉ-PREV, efetuou contribuições previdenciárias para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, durante o Exercício Financeiro de 2020, originárias de prestadores de serviços, no montante de **R\$31.958,01 (trinta e um mil, novecentos e cinquenta e oito reais e um centavo)**.

Com relação às contribuições para a Entidade de Previdência Municipal, impossível seria conceber obrigações patronais para si próprio.

2.7.5 – Avaliação dos Procedimentos Adotados Quando de Renegociação da Dívida com o Instituto ou Fundo Próprio de Previdência, se houver, com Indicação do Valor do Débito, dos Critérios Utilizados para a Atualização da Dívida, do Número de Parcelas a serem Amortizadas ou de Outras Condições de Pagamento Pactuadas.

Não houve renegociação de dívida com o Fundo Próprio de Previdência, haja vista que as contribuições previdenciárias estão sendo recolhidas aos cofres públicos de forma tempestiva pelo Ente Municipal, não havendo, portanto, dívidas a serem negociadas ou renegociadas para com a Entidade Previdenciária Municipal.

2.7.6 – Informação Acerca da Conformidade dos Registros Contábeis Gerados pelos Sistemas Operacionais Utilizados pelas Entidades com os Dados do SICOM.

Os registros contábeis gerados pelo Sistema Operacional Contábil utilizado pela entidade previdenciária municipal conferem com os dados apresentados no SICOM, demonstrando de forma precisa os valores constantes dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial da entidade previdenciária municipal, encontrando-se conforme, principalmente os relativos ao Exercício Financeiro de 2019 (saldos anteriores), que expressam a realidade fática das movimentações orçamentária, financeira e patrimonial do MURIAÉ-PREV.

2.7.7 – Informações Sobre os Critérios Adotados para Manter Atualizados os Dados Cadastrais dos Contribuintes e Segurados.

Os dados cadastrais dos contribuintes e segurados ativos não se encontram atualizados. Já foi solicitado ao Chefe do Poder Executivo as devidas atualizações por meio do ofício 052/2017 emitido em 28/06/2017 todas as informações relativas aos servidores municipais, tais como nome, filiação, endereço, documentação, remuneração, proventos, número de dependentes, cargo, data da posse e dados afins, porém até a presente data não foi realizado esse levantamento.

No que se refere aos aposentados e pensionistas, o Setor de CPD / Folha de Pagamentos realizou o recadastramento de agosto a outubro de 2020.

2.7.8 – Detalhamento da Composição das Despesas Pagas a Título de Obrigações Patronais, distinguindo-se os Valores Repassados ao Instituto Nacional do Seguro

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

Social (INSS) daqueles Retidos pelo Próprio Instituto ou Fundo Gestor de Regime Próprio de Previdência Social.

Conforme anteriormente demonstrado no subitem 2.7.4, a Entidade Previdenciária Municipal recolheu ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) os valores de sua competência no Exercício Financeiro de 2020, originários da prestação de serviços de terceiros, conforme abaixo detalhado:

Contribuições	Valores
Patronais	R\$19.903,44
Retidos de Segurados e Empresas	R\$12.054,57
Total	R\$31.958,01

2.7.9 – Comportamento da Arrecadação de Receitas de Contribuições em Relação à Previsão Contida na Lei do Orçamento, com Indicação das Principais Medidas Adotadas para Limitar as Despesas, Quando Verificado Déficit na Arrecadação.

A arrecadação das receitas de contribuições em relação à sua previsão contida na Lei Orçamentária Anual do Município de Muriaé de nº. 5.921/2019, datada de 27/11/2019, se comportou da seguinte forma:

Receitas	Previsão Orçamentária	Arrecadação Efetiva	Diferença
Contribuição de Servidor Ativo Civil	8.608.431,85	8.456.968,95	151.462,90
Contribuições de Servidor Inativo Civil	380.000,00	386.997,41	3.997,41
Contribuições de Pensionista Civil	9.000,00	8.016,57	983,43
Contrib. Patronal e Amortização atuarial de Serv. Ativo Civil (cedidos)	14.650,00	82.169,75	-67.519,75
Multas e Juros de Mora Contr. Patronal	1.000,00	294,99	705,01
Contrib. Patronal e Amortização atuarial – Intraorçamentária	17.988.993,80	18.481.335,65	-492.341,85
Contribuição Patronal Oriundas Sentenças Judiciais	0,00	79.124,36	-79.124,36
TOTAIS	27.002.075,65	27.494.907,68	-489.832,03

Diante do quadro de arrecadação das Contribuições Previdenciárias do Município de Muriaé, pode-se afirmar que não houve necessidade de se adotar medidas para limitar a realização de despesas, até porque o Fundo Previdenciário de Muriaé operacionaliza apenas benefícios previdenciários e as despesas de manutenção administrativas do órgão. Não há como limitar pagamento de benefícios. Atualmente, o fundo conta com reserva financeira capaz de suportar por longo período as possíveis frustrações de receitas. Em 2020 as receitas de contribuições em si não sofreram impacto, mas as receitas de valores mobiliários não obtiveram êxito, fazendo com que parte das reservas financeiras fossem utilizadas. No contexto geral da execução orçamentária, houve

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

um déficit de **R\$1.773.353,52** (um milhão, setecentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

2.7.10 – Procedimentos Adotados para Possibilitar a Cobrança, Também dos Exercícios Anteriores, de Contribuições Não Recebidas dos Segurados e Patronais.

O Fundo Previdenciário de Muriaé – **MURIAÉ-PREV**, não possui pendências com os demais órgãos municipais, exceto parte das contribuições dos segurados e patronais da competência dezembro/2020, inclusive décimo terceiro salário, que foram quitadas dentro do prazo legal - janeiro/2020.

2.7.11 – Data da Realização da Última Avaliação Atuarial, Nome do Atuário, Seguido do Número de seu Registro como Membro do Instituto Brasileiro de Atuaria (MIBA).

O Controle Interno apurou que foi elaborada Reavaliação Atuarial em 2020, data base 31 de dezembro de 2019, com o objetivo de quantificar as responsabilidades do plano previdenciário para com seus participantes, estabelecer o nível das contribuições, determinar os valores das reservas matemáticas e, verificando a situação atual do regime, apresentar resultados que possibilitem o seu equilíbrio e a perpetuidade do modelo. A partir da definição do conjunto de participantes do sistema, do plano de benefícios e as condições de elegibilidade, procura-se construir um modelo, sob determinadas hipóteses, para estimar o fluxo de caixa esperado (atuarial) do desembolso de recursos decorrentes dos pagamentos dos benefícios estabelecidos. Por outro lado, procura-se estabelecer o fluxo provável de entradas de recursos para viabilização econômica do sistema.

O Atuário responsável pela elaboração do Cálculo em questão foi o Sr. Thiago Costa Fernandes, com registro no MTE/MIBA 100.002

2.7.12 – Informação Quanto ao Atendimento aos Artigos 8º, 10 e 11 da Portaria MPAS nº. 4.992/99

A Entidade não utilizou recursos do regime próprio de previdência social para fins de assistência médica e financeira de qualquer espécie, utilizando as contribuições do Município e as contribuições do pessoal civil ativo, inativo e dos pensionistas, somente para pagamento de benefícios previdenciários do respectivo regime e para manutenção de suas despesas administrativas.

No Município de Muriaé existe somente um regime próprio de previdência social dos servidores públicos efetivos, que é o Fundo Previdenciário de Muriaé – **MURIAÉ-PREV**.

Não foram celebrados convênios, consórcios ou outra forma de associação para a concessão de benefícios previdenciários entre Estados e o Município de Muriaé, e entre Municípios e o Município de Muriaé.

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

Tais informações servem para atesto e certificação da total regularidade do funcionamento administrativo do Fundo Previdenciário de Muriaé – MURIAÉ-PREV, em conformidade com a legislação em vigor, registrando-se o fato de que a Portaria MPAS nº. 4.992/99 encontra-se revogada.

2.7.13 – Indicação do Percentual Contributivo dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas Segurados, da Parte Patronal e da Contribuição Adicional.

O percentual contributivo dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas é de **11% (onze por cento)**, sendo que os servidores inativos e os pensionistas somente contribuem para a Previdência Municipal quando seus proventos excedem o valor do teto do Regime Geral – INSS, conforme Lei Municipal nº. 4.076/2011, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº. 4.105/2011.

O percentual contributivo das Entidades Patronais é de **19,5% (dezenove inteiros e cinquenta décimos por cento)**, mais alíquota suplementar de **3,50% (três inteiros e cinco décimos por cento)**, totalizando **23,00%** (vinte e três por cento) de contribuição patronal, conforme Lei Municipal nº 5.119 de 27 de dezembro de 2015.

2.7.14 – Informação do Valor do Déficit do Fundo Previdenciário de Muriaé – MURIAÉ-PREV, Explicitando a Forma de Amortização, se for o caso.

O valor do Déficit Atuarial é de **R\$403.394.133,04 (quatrocentos e três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e trinta e três reais e quatro centavos)**, que representa as reservas não formadas e que deverão ser integralizadas ao plano conforme demonstrado na Tabela G 5 - Variações nos valores das Reservas e Ativos Financeiros do Plano, inserido na Reavaliação Atuarial realizada em 2020. A amortização deste valor proposta para aplicação do Plano de Custeio, conforme abaixo especificado, a partir do ano de 2020:

CONTRIBUINTE	CUSTO NORMAL	CUSTO SUPLEMENTAR	SOMA
SERVIDOR ATIVO	11,00%	0,00%	11,00%
PATROCINADORA	19,50%	3,50%	23,00%
ALÍQUOTA TOTAL	30,50%	3,50%	34,00%

O Déficit Atuarial acima identificado tem como Plano de Amortização proposto ao longo do tempo a aplicação do seguinte plano de custeio:

- 3,50% custeio suplementar em 2020;
- 3,50% custeio suplementar em 2021;
- 10,65% custeio suplementar em 2022;
- 21,87% custeio suplementar em 2023;
- 33,10% custeio suplementar em 2024;
- 34,42% custeio suplementar em 2025;
- 35,74% custeio suplementar em 2026;
- 37,06% custeio suplementar em 2027;
- 38,38% custeio suplementar em 2028;
- 39,69% custeio suplementar em 2029;

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

- 41,01% custeio suplementar em 2030;
- 41,01% custeio suplementar em 2031;
- 41,01% custeio suplementar em 2032;
- 41,01% custeio suplementar em 2033;
- 41,01% custeio suplementar em 2034;
- 41,01% custeio suplementar em 2035;
- 41,01% custeio suplementar em 2036;
- 41,01% custeio suplementar em 2037;
- 41,01% custeio suplementar em 2038;
- 41,01% custeio suplementar em 2039;
- 41,01% custeio suplementar em 2040;
- 41,01% custeio suplementar em 2041;
- 41,01% custeio suplementar em 2042;
- 41,01% custeio suplementar em 2043;
- 41,01% custeio suplementar em 2044;
- 41,01% custeio suplementar em 2045;
- 41,01% custeio suplementar em 2046;
- 41,01% custeio suplementar em 2047;
- 41,01% custeio suplementar em 2048;

De acordo com o Relatório de Avaliação Atuarial elaborado pelo atuário Thiago Costa Fernandes, com registro no MTE/MIBA 100.002, páginas 26 e 27, o Município de Muriaé, através da Lei Complementar 5.119/2015 e suas posteriores alterações, instituiu um Plano de Amortização de Déficit Atuarial, que prevê contribuições suplementares de 3,50% em 2019 sendo progressivas ao decorrer dos anos seguintes até chegar 2042 com 41,01%. Contudo, há que se destacar que a Portaria nº 464 de 19 de novembro de 2018 que estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial alterou o formato dos cálculos atuarias a partir do exercício 2020, cujas tabelas/tábuas de mortalidade atualmente adotadas terão que ser adequadas a situação de cada município e não mais de forma geral, conforme as matrizes elaboradas pelo IBGE, consoante art. 15 da supracitada Portaria.¹

A partir de 2019, com advento da Lei Municipal 5774/2018, houve mudança nas alíquotas patronal normal e a alíquota patronal suplementar. Essa modificação proposta pela técnica atuarial da época, traz mais segurança dos repasses, tendo em vista quanto maior a alíquota normal, potencializa a expectativa de recebimentos e conseqüentemente reduz o passivo a longo prazo, pois a alíquota normal em nenhuma hipótese pode ser reduzida enquanto não houver a liquidação das provisões matemáticas, ao passo que a alíquota suplementar, em algumas conjecturas há possibilidades de redução. Portanto, considerando que a majoração da alíquota normal traz maior certeza de amortização, o MURIAÉ-PREV endossou a proposição da alteração. Conforme demonstrado acima, tal plano será suficiente para a amortização do Passivo Atuarial descoberto.

Importante ainda, se faz a obtenção de rendimentos líquidos superiores à expectativa atuarial de rentabilidade líquida, equivalentes à correção monetária ocorrida no período acrescida da taxa real de juros de 6% (seis por cento) ao ano, e também a amortização imediata de dívidas pelo não repasse de contribuições previdenciárias, caso ocorram, após serem identificadas e corrigidas monetariamente.

¹ Art. 15. O ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial deverão eleger conjuntamente as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas à situação do plano de benefícios e aderentes às características da massa de beneficiários do regime para o correto dimensionamento dos seus compromissos futuros, obedecidos os parâmetros mínimos de prudência estabelecidos nesta Portaria, que poderão ser revistos por instrução normativa da Secretaria de Previdência.

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

E, para que a amortização do déficit atuarial se consolide ao longo dos 28 (vinte e oito) anos, é imprescindível manter o caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, dos servidores ativos, inativos e pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Contudo, o Município de Muriaé optou por não implementar, por hora, as medidas do Plano de Custeio suplementar sugerido, vindo a manter a tabela proposta na Reavaliação Atuarial de 2019, regulamentada pela Lei Complementar Municipal 5.892/2019, que também supre o déficit atuarial de **R\$403.394.133,04 (quatrocentos e três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e trinta e três reais e quatro centavos)**.

- 3,50% custeio suplementar em 2019;
- 3,50% custeio suplementar em 2020;
- 7,66% custeio suplementar em 2021;
- 11,82% custeio suplementar em 2022;
- 15,98% custeio suplementar em 2023;
- 20,14% custeio suplementar em 2024;
- 24,30% custeio suplementar em 2025;
- 28,46% custeio suplementar em 2026;
- 32,62% custeio suplementar em 2027;
- 36,78% custeio suplementar em 2028;
- 40,94% custeio suplementar em 2029;
- 45,10% custeio suplementar em 2030;
- 49,26% custeio suplementar em 2031;
- 53,42% custeio suplementar em 2032;
- 57,58% custeio suplementar em 2033;
- 61,74% custeio suplementar em 2034;
- 65,91% custeio suplementar em 2035;
- 70,07% custeio suplementar em 2036;
- 74,23% custeio suplementar em 2037;
- 78,39% custeio suplementar em 2038;
- 82,55% custeio suplementar em 2039;
- 86,71% custeio suplementar em 2040;
- 90,87% custeio suplementar em 2041;
- 95,03% custeio suplementar em 2042.

2.7.15 – Informação Acerca dos Valores de Contribuições Recebidos da Prefeitura, da Câmara e de Entidades da Administração Indireta, de Forma Individualizada.

O Controle Interno informa, conforme demonstrado nos Balancetes Mensais, os seguintes valores de repasses recebidos das entidades municipais durante o exercício 2020:

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (EM R\$)
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	17.868.487,70
- PREFEITURA MUNICIPAL	13.495.990,55
- CÂMARA MUNICIPAL	255.621,17
- FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES – FUNDARTE	484.241,40
- DEMSUR	3.549.477,53
- SERVIDORES CEDIDOS	3.539,04
- SENTENÇAS JUDICIAIS	79.124,36
CONTRIBUIÇÕES DOS SEGURADOS	8.881.676,47
- PREFEITURA MUNICIPAL	6.404.179,06
- CÂMARA MUNICIPAL	122.255,37
- FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES – FUNDARTE	231.594,10
- DEMSUR	1.695.665,74
- MURIAÉ-PREV (inativos, pensionistas e licenciados)	392.013,98
- SERVIDORES CEDIDOS	1.692,61

**FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV
MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS**

- SENTENÇAS JUDICIAIS	34.275,61
- TOTAL GERAL	26.750.164,17

2.7.16 – Comprovação da Observância do Disposto na Resolução CMN n°. 3.922, de 25 de Novembro de 2010 e 4604 de 19 de outubro de 2017, do Banco Central do Brasil, sobre as Aplicações dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social.

As aplicações financeiras da Entidade Previdenciária Municipal, encontram-se em observância aos ditames legais inseridos na Resolução CMN n°. 3.922, de 25 de Novembro de 2010 e 4604 de 19 de outubro de 2017, sendo aquela, substituída e revogada por esta, conforme classificado no Quadro de Investimentos que se segue:

CONTA	BASE LEGAL	VALOR	%
FI 100% TÍT. PÚBLICOS	ART. 7º., INC. I, ALÍNEA “b” (LIMITE DE ATÉ 100%)	188.525.293,67	96,10
FI RENDA FIXA	ART. 7º., INC. IV, ALÍNEA “a” (LIMITE DE ATÉ 30%, SENDO MÁXIMO DE 20% EM CADA FUNDO)	7.652.978,12	3,90
FI EM PARTICIPAÇÕES – RENDA VARIÁVEL	FI EM PARTICIPAÇÕES - Art 8º, IV, "a"	3.965,72	0,00
Total Geral	-	196.182.237,51	100

2.7.17 – Informação do Valor Total das Remunerações, Proventos e Pensões dos Segurados Vinculados ao RPPS, Relativo ao Exercício Anterior, Explicitando o Percentual Definido em Lei para a Taxa de Administração, se for o caso, e o Montante das Despesas Realizadas no Exercício Destinado à Referida Taxa.

O valor total líquido das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao Exercício Financeiro de 2020, se compõe da forma a seguir discriminada:

ESPECIFICAÇÃO	VALORES (EM R\$)
- Remunerações dos Servidores Ativos	84.091.541,09
- Proventos de Aposentadorias	29.661.787,13
- Proventos de Pensões	2.148.523,68
TOTAL GERAL	115.901.851,90

O percentual definido na Lei Municipal n°. 3.432, de 27 de março de 2007, para a utilização da Taxa de Administração é de até 2% (dois por cento), correspondendo no exercício 2020 ao limite de **R\$2.318.037,04 (dois milhões, trezentos e dezoito mil, trinta e sete reais e quatro centavos)**. As despesas administrativas realizadas no Exercício Financeiro de 2020 com fulcro na legislação previdenciária em vigor atingiram o montante

**FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV
MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS**

de **R\$705.597,13** (setecentos e cinco mil, quinhentos e noventa e sete reais e treze centavos), ou seja, atingiram um percentual de **0,61%**, obedecendo ao limite legal estabelecido para este tipo de despesa. O valor acumulado da economia da Taxa de Administração até o final deste exercício foi de **R\$3.097.932,17** (três milhões, noventa e sete mil, novecentos e trinta e dois reais e dezessete centavos).

2.7.18 – Informação acerca de Processos Judiciais em Andamento que Tenha o Fundo Previdência como Polo Ativo ou Passivo.

O Fundo Previdenciário de Muriaé - MURIAÉ-PREV possui demanda judiciais que possam vir a afetar o patrimônio líquido. Segue a relação dos principais processos em andamento.

PROCESSOS Nº	AUTOR	ASSUNTO	VALOR DA CAUSA
043908091635-6	LUCI FERNANDES RODRIGUES BRAGA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	R\$ 16.514,58
043909109622-2	DÁRIO LINO DE SOUZA	AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	R\$ 80.000,00
0130606-43.2011.8.13.0439	WILSON CESAR ARAUJO	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	R\$ 30.000,00
0060553-03.2012.8.13.0439	LÚCIA HELENA DE LIMA BARROS	AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	R\$ 100.000,00
0107980-59.2013.8.13.0439	BEATRIZ BATALHA DUARTE SELLA	APOSENTADORIA	R\$ 21.733,60
0125859-79.2013.8.13.0439	ALDAIR DE PAULA LIMA	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	R\$ 26.400,00
0130479-37.2013.8.13.0439	ANDREA RODRIGUES DA ROCHA MORAES	AUXÍLIO-DOENÇA	R\$ 10.000,00
0101239-66.2014.8.13.0439	ALEX FERREIRA COELHO	PENSÃO POR MORTE	R\$ 10.000,00
0143702-23.2014.8.13.0439	GENI SOARES DOS REIS DE MEDEIROS	PENSÃO POR MORTE	R\$ 100.000,00
0146622-67.2014.8.13.0439	HELOÍSA HELENA DE	DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS	R\$ 4.844,56

**FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV
MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS**

	SOUZA		
0170259-47.2014.8.13.0439	DENILSON FERREIRA DE SOUZA E OUTROS	INDENIZATÓRIA	R\$ 20.000,00
0078004-36.2015.8.13.0439	JOSEPHA DA APARECIDA MARTINS	INDENIZAÇÃO DANO MORAL	R\$ 50.000,00
0105385-19.2015.8.13.0439	ANTONIA MARTINS PEREIRA	PENSÃO POR MORTE	R\$ 80.000,00
0130805-26.2015.8.13.0439	LUZIA AUREA DE LACERDA RAMOS	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	R\$ 36.045,00
0064275-06.2016.8.13.0439	MARCO ANTONIO PEREIRA DE SOUZA	RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PENSÃO POR MORTE	R\$ 80.000,00
0089520-19.2016.8.13.0439	SILAS SIMOES CARVALHO	TEMPO DE SERVIÇO VISTA AO AUTOR SOBRE CONTESTAÇÃO	R\$ 1.000,00
0109813-73.2017.8.13.0439	NEUZA DE FÁTIMA ROSA SILVA	OBRIGAÇÃO DE FAZER	R\$ 19.373,05
0122030512017.8.13.0439	ORAIR ERNESTO CARVALHO	OBRIGAÇÃO DE FAZER	R\$ 1.000,00
0130066-82.2017.8.13.0439	JOANA PURCINA DFE ALMEIDA	PENSÃO POR MORTE	R\$ 27.000,00
000239637.2018.8.13.0439	ANDRE PEREIRA DE JESUS	OBRIGAÇÃO DE FAZER	R\$ 2.000,00
0053803-72.8.13.0439	MESSIAS DAS GRAÇAS SILVA	OBRIGAÇÃO DE FAZER	R\$ 2.500,00
00078-53.2018.8.13.0439	MILTON ALVES DE ARAÚJO	PENSÃO POR MORTE	R\$ 30.000,00
5000948-60.2020.8.13.0439	LOURDES DA CONCEIÇÃO ANDRADE	REVISÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	R\$ 50.000,00
5000841-16.2020.8.13.0439	HEBERTH CARLOS COSME CHAVES	PENSÃO POR MORTE	R\$ 12.540,00
5006216-32.2019.8.13.0439	RITA DE CÁSSIA BARROSO RODRIGUES	AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER	R\$ 1.000,00
5004129-74.2017.8.13.0439	VALÉRIA DE SOUZA GOMES ARAÚJO	PENSÃO POR MORTE	R\$ 48.338,88
5003218-91.2019.8.13.0439	SILVANA AMARAL MOTA	PENSÃO POR MORTE	R\$ 20.000,00

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV
MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

5002869- 88.2019.8.13.0439	SÉRGIO BARBOSA DE SOUZA	AÇÃO DECLARATÓRIA	R\$ 998,00
5000476- 30.2018.8.13.0439	ÂNGELA MARIA FAGUNDES DE SOUZA	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	R\$ 300.000,00
5002002- 95.2019.8.13.0439	SALVADORA PEREIRA DIAS	PENSÃO POR MORTE	R\$ 22.055,00
5000562- 98.2018.8.13.0439	SÔNIA MARIA VIEIRA MARTINS	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	R\$ 87.628,12
5003927- 97.2017.8.13.0439	MARIA NILSE DUTRA OLIVEIRA	REVISÃO DE APOSENTADORIA	R\$ 73.097,24
5006336- 41.2020.8.13.0439	ADEMIR DA SILVA	REVISÃO APOSENTADORIA	R\$ 126.662,50
5004073- 36.2020.8.13.0439	JOSÉ FRANCISCO GARCIA DE OLIVEIRA	APOSENTADORIA	R\$ 155.400,00
5002002- 95.2019.8.13.0439	SALVADORA PEREIRA DIAS	PENSÃO POR MORTE	R\$ 22.055,00
5000948- 60.2020.8.13.0439	LOURDES DA CONCEIÇÃO ANDRADE	REVISÃO APOSENTADORIA	R\$ 50.000,00

3 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

3.1 – Informações sobre concessões de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões.

Durante o exercício 2020 foram concedidas 48 (quarenta e oito) aposentadorias e 11 (onze) pensões por morte. Foram extintas 10 (dez) aposentadorias por motivo de falecimentos. Os processos de aposentadorias e pensões foram devidamente elaborados com todas as documentações indispensáveis para análises. Foram submetidas a averiguações criteriosas pelo Setor de Benefícios e Setor Jurídico do MURIAÉ-PREV, bem como da empresa de consultoria previdenciária – Libertas & Associados Ltda contratada para essa finalidade. Todos os processos de aposentadorias e pensões são enviados para o TCE/MG por meio do sistema FISCAP. É oportuno esclarecer que se caso houver alguma irregularidade nos processos que são enviados para o TCE/MG, o Fundo Previdenciário deixa de receber as compensações previdenciárias do INSS.

3.2 – Informações sobre os desembolsos para pagamentos de benefícios previdenciários, tais como: aposentadorias e pensões durante o exercício 2020.

Abaixo segue o resumo dos desembolsos realizados para os benefícios supracitados:

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ – MURIAÉ-PREV
MURIAÉ – ESTADO DE MINAS GERAIS

Benefícios	Valores desembolsados
Aposentadorias	34.481.130,29
Pensões	2.493.213,93
Total	36.974.344,22

Com a Emenda Constitucional 103/2019, os RPPS's não mais poderão pagar nenhum benefício previdenciário que não seja aposentadorias e pensões.

4 – TRANSPARÊNCIA

4.1 – Informações acerca das publicações das contas do MURIAÉ-PREV.

O Fundo Previdenciário de MURIAÉ-PREV possui um site próprio cujas informações de gestão e controle encontram-se publicadas no endereço eletrônico <http://www.muriaeprev.com.br>.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

E, por ser o que havia para manifestar e relatar no momento, sobre a Prestação de Contas Anual do Fundo Previdenciário de Muriaé – MURIAÉ-PREV, relativa ao Exercício Financeiro de 2020, abaixo subscrevo o presente instrumento.

Muriaé – MG, 11 de março de 2021.

CLÁUDIA BRAGA DUTRA DE MELO
AGENTE DE CONTROLE INTERNO
CPF: 905.994.976-53